

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

FORMAÇÃO CONTÍNUA
2020-2021



Workshop "Títulos de Crédito"

Ação de Formação Contínua Tipo D - 4, 11 e 18 dezembro de 2020 ▪ on line

Subscrição de favor

Caso prático

I

Necessitando de financiamento que não conseguia junto da banca, utilizou o favorecido a sua relação de amizade com uma (das) favorecente(s) com esse objectivo. Esta exigiu, porém, que alguém se assumisse como garante último do pagamento das letras, logrando o beneficiário do favor que a sua própria mãe as assinasse na qualidade de aceitante.

A amiga subscreveu então as letras como sacadora, apresentou-as a desconto ao Banco e entregou o produto da operação ao favorecido.

Posteriormente, veio a pagar os títulos ao Banco e intentou execução contra a aceitante. Pode esta recusar-se a pagar invocando que são ambas favorecentes?

Caso prático

J

Uma mãe aceitou letras destinadas “a pagar ao sacador fornecimentos de artigos de vestuário feitos por este à sua filha”, proprietária de um estabelecimento de pronto-a-vestir. O fornecedor-sacador comprometeu-se a “efetuar o pagamento e resgate das letras de câmbio” junto do Banco onde as havia descontado assim que recebesse da filha (favorecida) as quantias correspondentes.

NÚCLEOS:

Coimbra – Av. Sá da Bandeira, edif. Golden, 115-5.º, letras E, F, G, H
(antigo Registo Notarial) 3004-515 Coimbra – Tel.: 23 983 49 24

Porto – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º – 4049-074 Porto
Tel: 22 205 89 68 | 22 203 12 99 | Fax: 22 200 89 44

Lisboa

Largo do Limoeiro – 1149-048 Lisboa
Tel: 21 884 56 00 | cej@mail.cej.mj.pt

www.cej.mj.pt

formacao-def@mail.cej.mj.pt

Ora, a filha pagou ao fornecedor, “em data anterior ao vencimento das letras”, todas as quantias relativas aos preços dos fornecimentos que titulavam, tendo-lhe este assegurado que já tinha em seu poder as letras porque já tinha pago o seu valor ao Banco. Todavia, a mãe-aceitante (favorecente) veio a ser accionada pelo Banco-descontador, o qual alegou, desconhecer qualquer pagamento efetuado ao fornecedor-sacador, sustentando que, de todo o modo, tal não lhe dizia respeito, dada a sua posição de terceiro portador mediato protegido pelo art. 17º LU. *Quid iuris?*

Caso prático **K**

Ficou provado que o filho “*a pedido do seu pai*” aceitou duas letras que entregou ao pai e que este utilizou “*para pagamento*” de um lote de sucata por si adquirido (mais precisamente, segundo o alegado, para pagamento de uma dívida e para adiantamento e garantia por conta de um futuro fornecimento de sucata).

Ficou ainda assente que o filho-aceitante não adquiriu qualquer mercadoria ao fornecedor-sacador.

O Tribunal considerou os embargos procedentes, entendendo que “*se estava no domínio das relações imediatas que as letras dadas à execução não tinham subjacente qualquer relação material*”. *Quid iuris?*

Caso prático **L**

Maria e João foram procurados e contactados pessoalmente, na sua residência, por Gracinda e António, comerciantes, os quais lhes pediram “*para serem fiadores numas letras para poderem resolver os seus problemas financeiros*”.

Maria e João anuíram, subscrevendo as letras em branco na qualidade de aceitantes.

Posteriormente, vieram a ser demandados pelo sacador, Santiago, para o pagamento das quantias tituladas, logrando provar que com ele “*nunca efetuaram quaisquer transações comerciais que pudessem originar a subscrição de tais letras*”. Deve a execução prosseguir?

Equipa científica:

Carolina Cunha, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra | **José Henrique Delgado de Carvalho**, Juiz de Direito | **Marco Gonçalves**, Professor da Escola de Direito da Universidade do Minho | **Maria Emilia Melo e Castro**, Juíza de Direito, docente do Centro de Estudos Judiciários | **Patrícia Costa**, Juíza de Direito, docente do Centro de Estudos Judiciários | **Elizabete Assunção**, Juíza de Direito, docente do Centro de Estudos Judiciários

NÚCLEOS:

Coimbra – Av. Sá da Bandeira, edif. Golden, 115-5.º, letras E, F, G, H
(antigo Registo Notarial) 3004-515 Coimbra – Tel.: 23 983 49 24
Porto – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º – 4049-074 Porto
Tel: 22 205 89 68 | 22 203 12 99 | Fax: 22 200 89 44

Lisboa
Largo do Limoeiro – 1149-048 Lisboa
Tel: 21 884 56 00 | cej@mail.cej.mj.pt
www.cej.mj.pt
formacao-def@mail.cej.mj.pt